



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**N.º 05/15**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 23 DE  
NOVEMBRO DE 2015**

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Fernando Manuel Catum Leiria, encontrando-se presentes os seguintes membros:

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

- Rui Manuel da Graça Santa, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Rodolfo Soares Marques Pereira, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, Luís Manuel Teopisto Cardoso, Sérgio Miguel Pratas Duarte, João Ladislau Teles de Matos, Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade e Henrique de Menezes Infante da Câmara.

*Pelo Partido Socialista:*

- Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Maria Amélia Martins Faria dos Santos, Manuel Carlos Bento Fradiano e Bruno José Pereira Soares.

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

- Mário Luís Pintado Alves, Pedro Miguel Tarú Canteiro e Patrícia Pinto Felizes Figueira.

*Pelo Partido Social Democrata:*

-João Manuel Alves Nunes do Valle e Luiz Branco Batista.

*Presidentes das Juntas de Freguesia:*

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

Faltou à sessão Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos, por se encontrar ausente do concelho, tendo a justificação sido aceite.

O presidente da Assembleia Municipal convidou Sérgio Duarte para a Mesa em substituição de Sónia Ramos, o que foi aceite.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os senhores vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O presidente da Assembleia colocou à discussão o seguinte:

- Ata da sessão de 30 de setembro de 2015:

Após ser submetida à discussão e votação foi aprovada por unanimidade.

O presidente da Assembleia informou sobre a distribuição da seguinte documentação:

- Sobre a correspondência recebida.
- Relatório de Atividades do Presidente da Assembleia Municipal.

A Assembleia tomou conhecimento.

### **Ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:**

Ao abrigo da alínea d) do n.º 17.º do regimento, registou-se a intervenção de Luís Madeira, dando conhecimento das conclusões do último Congresso da ANAFRE.

### **Ao abrigo da alínea e) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:**

- Iolanda Nunes:

- Ponto de situação relativo à construção do Bote Leão;
- Ponto de situação relativo à contratação do empréstimo pedido pela Câmara Municipal;
- Ponto de situação face à situação apresentada na última sessão da Assembleia Municipal por alguns moradores do Canto do Pinheiro, relativamente à igreja “Catedral da Família”.

- Luiz Batista:

- A que se deve a falta de água quente no pavilhão gimnodesportivo do Samouco?
- Demora na reposição da calçada em passeios e arruamentos;
- Qual a duração do contrato celebrado com a empresa privada para manutenção dos espaços verdes?

### **Ao abrigo da alínea f) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:**

- Patrícia Figueira, em nome do CDS, apresentou um Voto de Pesar pelos “Atentados em Paris”.

- Iolanda Nunes, em nome do PS, apresentou uma proposta de moção sobre “Pesar pelas vítimas dos atentados em Paris”.

- Rodolfo Pereira, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “Não ao terrorismo”.

Submetidas as propostas de moção à discussão, Luiz Batista propôs que as mesmas fossem votadas e que posteriormente se chegue a uma só moção, em nome da Assembleia Municipal, o que foi aceite.

Submetidas à votação, assim como o Voto de Pesar, foram aprovados por unanimidade, tendo sido também cumprido um minuto de silêncio.

- Mário Alves, em nome do CDS-PP, apresentou um Voto de Louvor pelo 67.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete.

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

- Mário Alves, em nome do CDS-PP, apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do bombeiro Armando Neves.

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

- Luiz Batista, em nome do PSD, apresentou uma proposta de moção sobre “25 de novembro de 1975”

Submetida à discussão foram registadas as seguintes intervenções:

- Paula Pereira:

Não entende como é possível o PSD apresentar nesta sessão uma moção deste teor, quando no país se assiste, desde há cinquenta dias, colocar em causa a democracia, pelo não reconhecimento dos resultados do último ato eleitoral.

- Fábio Bernardo:

Afirmou que de facto, a democracia faz confusão a muita gente. Acusam a CDU de ser de extrema-esquerda, mas não vê a direita a opor-se à subida de um partido de extrema-direita como é o CDS-PP no Governo.

Salientou que tem reparado que manifestações de anticomunismo têm havido muitas.

- António Almeirim:

Lembrou o seu percurso como militante do PCP na defesa da democracia, frisando que este nunca foi um partido de extrema-esquerda.

Afirmou votar contra esta moção por entender que a história do *25 de novembro* ainda não está feita. Terá sido um golpe da direita militar e quem beneficiou com ele foram as forças reacionárias e os que levaram o país à miséria.

- Luís Madeira:

Perguntou quem terá andado a queimar as sedes do PCP no verão de 1975?

- João Valle:

Afirmou-se social-democrata e não concorda com a expressão “extrema-esquerda” atribuída ao PCP por parte de Luiz Batista.

Submetida à votação, foi rejeitada por maioria, com 15 votos contra da CDU, 4 abstenções do PS e 1 do CDS-PP, 2 votos a favor do PSD e 1 do CDS-PP.

Submetida à discussão e votação, foi rejeitada por maioria, com 15 votos contra da CDU, 4 abstenções do PS e 1 do CDS-PP, 2 votos a favor do PSD e um do CDS-PP.

Pedro Canteiro não votou por se ter ausentado da sala.

## **PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL**

- Presidente da Câmara, sucintamente, informou:

A propósito de anteriores intervenções, mantem a seguinte dúvida desde há vários anos: No dia 24 de abril faziam parte da Assembleia Nacional homens como Sá Carneiro e Freitas do Amaral, mas, passadas vinte e quatro horas e num *clique democrático*, estas pessoas deixaram de ser apoiantes do Estado Novo para virarem democratas e até fundadores de partidos democráticos. Gostaria que alguém esclarecesse esta dúvida.

As obras de construção do Bote Leão decorrem a bom ritmo e estará certamente disponível para navegar no próximo ano.

Relativamente à contração dos dois contratos de mútuo, informou que o Tribunal de Contas recusou o Visto, contudo, a Câmara interpôs recurso e está a aguardar a resposta ao mesmo.

Em relação ao assunto apresentado por moradores no Canto do Pinheiro na última sessão, afirmou ser necessário ter alguma cautela, porque se é um facto que estão em causa direitos de personalidade de residentes na referida urbanização, também está em causa o exercício de uma liberdade religiosa e ainda mais quando se está a falar de alegados factos, tendo alguns deles sido já confirmados.

A Câmara atuará meramente no plano administrativo e neste exercerá todas as suas competências no sentido de resolver a situação.

Mais informou, ter havido uma reunião com os representantes dos moradores e estabelecidos contactos com o mandatário judicial da igreja e o advogado da Câmara Municipal.

- Vereador Jorge Giro:

Sabe bem que Luiz Batista considera que todos os serviços operacionais deveriam ser privados, porém o atual executivo não entende assim e daí só recorrer a empresas privadas quando estritamente necessário. O contrato celebrado com a firma termina em outubro e na verdade, ao passar nesta data pelos espaços verdes, não vê diferença entre as duas prestações de serviço (privado e público).

- Vereador José Luís Alfélua:

Lamentou a situação de falta de água quente no pavilhão gimnodesportivo do Samouco, e explicou que tal se deve à dificuldade na aquisição e entrega de peças para proceder às reparações.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE**

Foram registados os seguintes pedidos de intervenção.

- Sr. Francisco Marques da Silva:

Informou ser o mandatário judicial da igreja “Catedral da Família” e focou essencialmente o facto de não ter recebido resposta por parte do departamento jurídico da Câmara, à questão apresentada por escrito, ou seja, relativamente à falta de notificação relativa ao corte de fornecimento de água à igreja.

Mais disse, saber que corre um processo de regularização do lote em causa, mas isso não consubstancia uma razão de direito para tal ato. A sua cliente está privada de um bem essencial como é a água, sem qualquer posição por parte da Câmara.

- Karine Resende:

Referiu ser pastora da referida igreja, a qual já se encontra implantada em Alcochete há 7 anos. Aproveitou para fazer uma apresentação da mesma dizendo que é uma das congregações da igreja evangélica em Alcochete, há mais de 50 anos. Esta realiza trabalhos sociais e ajuda semanalmente mais de 15 famílias carenciadas com distribuição de alimentos e roupas entre outros e procura promover diversos eventos junto da comunidade.

Disse ainda, que a igreja sofreu denúncias que nunca foram comprovadas pela GNR em relação ao ruído produzido.

- Presidente da Câmara:

Referiu uma vez mais que o Estado português é laico e que a Câmara apoia dentro das suas possibilidades todos os credos religiosos, ou seja, não favorecem ninguém, mas gostam de estar próximos.

A queixa que chegou à Câmara prende-se com o excesso de ruído e má vizinhança, transformando um local sossegado numa realidade completamente diferente.

Confirmou não ter chegado à Câmara nenhum Auto de Notícia lavrado pela GNR, relacionado com a questão em causa, sugerindo assim, que os representantes da igreja conversem com os vizinhos no sentido de obter concordância quanto à mudança de finalidade do lote.

Enquanto cidadão e presidente deseja que haja uma conciliação de interesses entre todos.

- Vereador Jorge Giro:

Confirmou ter havido alguns desencontros, mas que os eleitos devem tomar decisões com base em pareceres técnicos, aguardando por isso o parecer do gabinete jurídico.

Mais acrescentou, ser ilegal, ir buscar água à rede pública sem autorização municipal.

De seguida, o presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite, tendo de seguida sido retomados os trabalhos.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

O Presidente da Assembleia avisou que o ponto 12.º agendado na Ordem do Dia é retirado, passando assim o ponto 13.º para 12.º.

### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

A Assembleia tomou conhecimento, não se tendo registado pedidos de informação ou esclarecimento.

### **PONTO 2 – TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), A COBRAR NO ANO DE 2016/ DELIMITAÇÃO DOS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO, OBJETO DE OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO/ FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMI E SITUAÇÕES DE RESPECTIVA MAJORAÇÃO, REDUÇÃO E**

## **ISENÇÃO PARA OS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALCOCHETE**

Antes do início da discussão do ponto, o presidente da Câmara explicou a informação remetida posteriormente ao envio da documentação à Assembleia Municipal e informou que a mesma será ratificada na próxima reunião de Câmara.

Substantivamente a proposta remetida mantém os limites aprovados para 2015, indo no entanto mais além, porque dá incentivos fiscais à reabilitação e regeneração urbana, que não são despiciendos.

Considerou ainda, que caso houvesse margem financeira, a Câmara deveria propor à Assembleia uma redução de IMI que fosse transversal a todos os titulares de direito de propriedade sobre imóveis, porém, sucede que ainda não existem essas condições.

- Iolanda Nunes:

Na sua opinião o IMI Familiar poderá ser discriminatório, entendendo por isso que o melhor, seria falar em zonas que não têm asseguradas todas as condições que outros proprietários de imóveis têm.

Questionou quantos proprietários aproveitaram a majoração no ano anterior e quantos no corrente ano.

- Mário Alves:

Informou partilhar da segurança do presidente da Câmara, porque com o PSF tem que haver rigor para levar o município a bom porto.

O CDS-PP votou a manutenção da taxa no ano anterior e mantém a mesma intenção de voto para este ano, porque o IMI é a grande fonte de receita da Câmara.

Também concordam com os benefícios da regeneração urbana e consideram quanto ao coeficiente familiar que a Câmara não tem uma almofada financeira para o propôr.

- Luiz Batista:

Afirmou que os incentivos à regeneração urbana merecem todo o apoio do PSD, contudo estão em desacordo com o aumento que foi proposto, ainda mais quando o Governo termina com a cláusula de salvaguarda.

Para o PSD, a Câmara poderia ter optado ou pela inversão da receita de IMI, baixando e devolvendo nem que fosse um pequeno valor, ou então poderia ter optado pela aplicação do IMI Familiar.



- Fábio Bernardo:

O IMI Familiar prende-se com políticas de incentivo à natalidade e esta tem que ter políticas de um Estado verdadeiramente social, com boas políticas de emprego, para que os jovens não saiam do país como tem vindo a acontecer.

- Natacha Patinha:

Ressalvou que o IMI Familiar tem pouca expressão na prática, referindo até uma intervenção do presidente da Associação de Famílias Numerosas, que considera este incentivo como uma gota de água, tendo em conta os encargos mensais que impedem sobre as famílias. No entanto, outras políticas poderiam ser tomadas, como por exemplo o aumento do abono de família, entre outras.

Luiz Batista recordou que a Assembleia aprovou a proposta para aplicação do IMI Familiar, tendo no entanto Fábio Bernardo retorquido que o documento aprovado era somente uma recomendação, não tendo dúvidas de que a Câmara a apreciou devidamente.

- Presidente da Câmara:

Garantiu que a proposta de recomendação foi devidamente apreciada.

Respondendo a Iolanda, disse que, em abstrato, a discriminação existe, ou seja, há coeficientes de localização sobre os quais impede a aplicação do quantitativo percentual do IMI.

Em Alcochete, a regeneração urbana tem sido um êxito e é um caso paradigmático, sendo seguido por outros concelhos. Há 21 edifícios em recuperação em Alcochete, 1 no Samouco e 1 em S. Francisco.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor da CDU, PS e CDS-PP e 2 abstenções do PSD.

Luiz Batista fez declaração de voto em nome do PSD.

### **PONTO 3 –PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2017**

O presidente da Câmara explicou que o mecanismo resulta da aplicação da Lei das Finanças Locais de 2007; os municípios têm a capacidade de dispor de 5% das receitas que a título do Fundo de Equilíbrio Financeiro recebem e executam a título de IRS.

Considera curial e que não prejudica em nada o bem estar das famílias, a manutenção dos 5%.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 2 abstenções do PSD e 22 votos a favor da CDU, PS e CDS-PP.

#### **PONTO 4 – LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA 2016**

Submetida à discussão, Pedro Canteiro, afirmou que numa visão estratégica entendem que aplicar a taxa máxima é não estar a incentivar o investimento, recomendando por isso, que a taxa seja revista e diminuída, para poder cativar empresas a ficarem sediadas no concelho, tendo também Luiz Batista concordado com esta posição.

- Presidente da Câmara:

Afirmou que não conhece ninguém que escolha um lugar para viver e que previamente se informe acerca dos impostos municipais que terá que pagar.

Alcochete cresceu 35% entre censos e deverá preparar o seu futuro não se deixando tentar por uma política de urbanização desenfreada (situação que nunca aconteceu e por isso é que é um concelho atrativo).

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 2 abstenções do PSD, 3 votos contra do CDS-PP e 19 votos a favor da CDU e PS.

#### **PONTO 5 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, ATIVIDADES MAIS RELEVANTES PARA OS ANOS DE 2016-2019; ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2016 E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2016**

Submetida a proposta à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Frisou que a política de contenção de despesas é absolutamente inultrapassável e têm sido concretizadas ao longo dos últimos exercícios, estando agora a obter reflexo, dado estarem a ser implementadas outras de aumento de receita.

Não seria expectável que a Câmara apresentasse documentos previsionais excessivamente ambiciosos do ponto de vista do investimento, não só pelas razões de equilíbrio entre receitas e despesas e de saneamento financeiro, mas também porque se está num impasse no que pode vir a ser o Quadro de Apoios Comunitários.

No Plano Plurianual de Investimentos, salientou uma obra emblemática, porque representa o maior investimento para 2016 (requalificação e recuperação da EM 502). Constata-se a degradação desta via que suporta um grande fluxo de trânsito e daí a aposta da Câmara. Porém, com uma ressalva, que é a de não cometer loucuras que ponham em causa o saneamento financeiro. Há necessidade de possuir um diagnóstico do estado de conservação das viaturas de recolha de resíduos sólidos urbanos, (está em curso) e então far-se-á a opção, ou a requalificação da via ou a aquisição da viatura.

As Grandes Opções do Plano, na sua opinião, limitar-se-iam ao enunciado pragmático que foi sujeito a sufrágio, porém, de acordo com o POCAL não é o que se verifica e

assim há que conjugar todas as informações, que em rigor não correspondem a grandes opções do plano.

Mais esclareceu, que o orçamento com as despesas de Pessoal garante qualquer medida política do futuro governo, relativamente à reposição dos salários ou dos vencimentos da função pública.

- Iolanda Nunes:

Nas grandes opções do plano questionou as verbas referentes à elaboração do projeto do Centro Escolar da Quebrada e da Feira Quinhentista e ainda o porquê de aumento de verbas nas receitas de capital.

- Mário Alves:

Inquieta-o a situação, porque se o Tribunal de Contas não visar a contração dos empréstimos o pagamento de dívidas a fornecedores ficará ainda mais atrasado.

- Luiz Batista:

Questionou a necessidade da contração dos empréstimos, em virtude de parte da receita adicional que está a ser cobrada através do IMI estar a ser canalizada para a redução das dívidas e também as seguintes questões:

- Verbas para as licenças de *software* e para o *Península Digital*; se está a ser cumprido o plano de pagamentos com a S. Energia e ponto de situação em relação à AMARSUL.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu as questões levantadas, dizendo que as verbas serão para a realização da Feira Quinhentista que acontecerá no próximo ano e quanto às do Centro Escolar, são relativas ao projeto de execução que ainda não está totalmente concluído.

Em relação à dívida à AMARSUL está reconhecida pela Câmara, à exceção de oitocentos mil euros que a Câmara não reconhece, dado não terem sido cumpridos os pressupostos contratuais aquando da entrada em funcionamento do sistema multimunicipal. Se necessário, a Câmara recorrerá à via judicial para fazer valer os seus interesses.

Com a S. Energia foi firmado um plano de pagamentos a três anos que está a ser cumprido e relativamente ao “Península Digital” existe há mais de dez anos e tem que ver com as plataformas uniformes do portal na internet, o qual tem participação comunitária mas também algum esforço por parte da Câmara.

- Vereadora Raquel Prazeres:

Relativamente ao Mapa de Pessoal informou que o mesmo mantém o mesmo número de postos de trabalho, não deixando contudo de lamentar, que os funcionários que têm pedido licença sem vencimento o façam, por não conseguirem manter as suas vidas organizadas em termos financeiros, dada a crise que se vive.

Submetidos os documentos à votação, foram aprovados por maioria, com 15 votos a favor da CDU, 5 votos contra do PSD e CDS-PP e 4 abstenções do PS.

Luiz Batista fez declaração de voto em nome do PSD e Isabel Trindade em nome da CDU.

Durante a discussão deste ponto, o presidente da Assembleia Municipal propôs a continuação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite.

#### **PONTO 6 – ACORDO DE COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO JOÃO GONÇALVES JÚNIOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO CAF – COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA**

O presidente da Assembleia sugeriu a discussão conjunta deste ponto e do seguinte.

A vereadora Susana Custódio esclareceu haver necessidade de renovar o Acordo, uma vez que a Lei dos Compromissos a isso obriga.

Mais disse, que o valor de €1 325,33 é referente ao pagamento de férias de funcionárias que não gozaram as mesmas e daí o pedido de retificação.

Esclareceu também que este serviço é autossustentável.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Não votou Fábio Bernardo, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º do CPA.

#### **PONTO 7 – RETIFICAÇÃO À PROPOSTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO JOÃO GONÇALVES JÚNIOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO CAF – COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA**

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Não votou Fábio Bernardo, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º do CPA.

#### **PONTO 8 – APROVAÇÃO DO PROJETO DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO NÚCLEO ANTIGO DE ALCOCHETE – ARU 1**

O presidente da Câmara disse que em anteriores intervenções já tinham sido explicados os incentivos fiscais que resultam do aprofundamento e do aproveitamento do regime jurídico da reabilitação urbana.

Mais afirmou, que é intenção da Câmara promover esta política nas freguesias de Samouco e S. Francisco.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

**PONTO 9 – APROVAÇÃO DO PROJETO DE DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NO LICENCIAMENTO DAS OBRAS DE ALTERAÇÃO E DE AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA EMPRESA MACAL – MANUEL AMARO CAETANO, LD.<sup>a</sup>, SITAS NA AVENIDA EURO 2004, NA QUINTA DA QUEBRADA, NA FREGUESIA DE ALCOCHETE, PARA EFEITOS DO PROCEDIMENTO DE REGULARIZAÇÃO NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO**

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

**PONTO 10 – APROVAÇÃO DO PROJETO DE DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NO LICENCIAMENTO DAS OBRAS DE ALTERAÇÃO E DE AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA EMPRESA MAGOMAR, SA, SITAS NA RUA DOS ROSMANINHOS, NO LUGAR DO BATEL, NA FREGUESIA DE ALCOCHETE, PARA EFEITOS DO PROCEDIMENTO DE REGULARIZAÇÃO NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 165/2004, DE 5 DE NOVEMBRO**

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

**PONTO 11 - APROVAÇÃO DO PROJETO DE DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NO LICENCIAMENTO DAS OBRAS DE ALTERAÇÃO E DE AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA EMPRESA ALIRAÇÕES – RAÇÕES PARA ANIMAIS, SA, SITAS NA QUINTA DO PASSIL, NO LUGAR DO PASSIL, NA FREGUESIA DE ALCOCHETE, PARA EFEITOS DO PROCEDIMENTO DE REGULARIZAÇÃO NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO**

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

**PONTO 12 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALUGUER OPERACIONAL DE 3 VIATURAS POR 48 MESES – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS**

Após uma breve explicação da vereadora Raquel Prazeres, solicitaram esclarecimentos Patrícia Figueira, que questionou a que serviço ficam afetadas as viaturas e Luiz Batista questionou que tipo de viaturas são.

A vereadora Raquel Prazeres informou que as viaturas são comerciais de 5 lugares e ficarão afetadas a todos os serviços da Câmara.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 9 abstenções do PS, PSD e CDS-PP e 15 votos a favor da CDU.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE**

Não se registaram intervenções.

### **PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO**

Os presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal desejaram a todos os presentes um feliz Natal e um próspero Ano Novo.

### **ATA EM MINUTA**

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

**ENCERRAMENTO:** E nada mais havendo a tratar, pelas 02:00 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, Coordenadora Técnica, subscrevo e assino.

**A COORDENADORA TÉCNICA:**

**O PRESIDENTE:**